



PODER

Congresso vai recorrer contra freio no orçamento secreto

O presidente da Câmara, Arthur Lira, afirma que o Legislativo entrará com embargo de declaração no Supremo Tribunal Federal para esclarecer a decisão da ministra Rosa Weber que proibiu o pagamento de emendas do relator

» JORGE VASCONCELLOS

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Arthur Lira disse que o Legislativo aguarda que a decisão do STF seja publicada para protocolar o recurso

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou que o Congresso vai entrar com um embargo de declaração no Supremo Tribunal Federal (STF) para que a Corte esclareça a decisão de proibir a liberação de verbas das chamadas emendas de relator, que têm sido operadas como um orçamento secreto.

Os embargos de declaração são uma espécie de recurso judicial que tem como objetivo esclarecer supostas contradições ou omissões em decisões de juízes ou de órgãos colegiados, como o STF. Na semana passada, o tribunal confirmou, por 8 votos a 2, a liminar da ministra Rosa Weber que suspendeu a execução financeira das emendas de relator, também conhecidas como RP9.

De acordo com Lira, o Legislativo aguarda que a decisão do Supremo seja publicada no *Diário Oficial da Justiça* para protocolar o recurso. "A gente espera que o acórdão da decisão da liminar seja publicado para que o Congresso Nacional, e isso nós estamos conversando com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que retorna ao Brasil hoje (ontem), possa, sim, entrar com um embargo de declaração", disse o deputado a jornalistas, durante o IX Fórum Jurídico de Lisboa, organizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), ligado ao ministro Gilmar Mendes, do STF.

Para 2021, foram aprovados R\$ 16,8 bilhões para as emendas do relator. O governo tem lançado mão desses recursos em troca de apoio político e da aprovação de projetos de seu interesse. O caso mais recente ocorreu dias antes de a Câmara aprovar a PEC dos Precatórios, com a qual o Planalto tenta viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400: o Executivo empenhou R\$ 900 milhões, como reserva para pagamento de

Sem transparência

As RP9 foram criadas pelo Congresso em 2019. Diferentemente das emendas individuais e de bancadas, nelas não há transparência sobre o nome do parlamentar favorecido e o valor que ele indicou. As negociações são feitas nos bastidores entre a cúpula do Congresso e o relator do Orçamento, que muda a cada ano.

obras, serviços e equipamentos em redutos políticos de parlamentares governistas.

Críticas

Arthur Lira tem rebatido com frequência as críticas contra as RP9. No evento em Lisboa, ele disse que, nessas emendas, a transparência "existe e é clara". "A Câmara e o Senado já comeram, na semana passada, a discutir uma mudança legislativa no que aparentemente incomoda mais, que é saber quem o relator-geral está atendendo, isso está nessa mudança legislativa", frisou.

O presidente da Câmara declarou, ainda, "que se pensou em uma situação e se criou outra situação". Segundo ele, "o orçamento paralisado criará um caos

administrativo, político, social e econômico para o país que, no momento, nós não precisamos".

Na liminar que suspendeu a execução das emendas de relator, a ministra Rosa Weber também ordenou que sejam divulgadas as informações sobre os deputados que foram beneficiados com esses recursos em 2020 e 2021. Segundo analistas, a eventual divulgação desses dados pode provocar um racha na base aliada, já que a distribuição dos recursos é desigual entre os parlamentares.

A decisão do Supremo de manter proibida a execução das emendas de relator pode comprometer a influência política de Arthur Lira, já que ele era o responsável pela distribuição desses recursos aos deputados. O orçamento secreto também foi usado

para ajudar a construir maioria para eleger o deputado como presidente da Câmara e o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), à presidência do Senado.

No mesmo evento em Lisboa, Pacheco também rebateu as críticas às emendas de relator. Ele disse que o Orçamento é "rastreadável" e que "não é verdadeira a afirmação de que se trata de orçamento secreto", porque "existem critérios".

"Obviamente que a aplicação devida dos recursos, para que não haja malversação, não haja desvio, que haja transparência, é condição básica", afirmou o presidente do Senado. "Nós devemos entender essa decisão da ministra Rosa Weber, ratificada pela maioria do Supremo, como uma exigência de busca pela transparência", enfatizou.



O orçamento paralisado criará um caos administrativo, político, social e econômico para o país que, no momento, nós não precisamos"

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

» Drible sobre crise no PL

O presidente da Câmara, Arthur Lira, evitou comentar de forma direta os problemas na filiação do presidente Jair Bolsonaro ao PL. Lira, que participava das negociações para filiar o chefe do Executivo ao PP, declarou que não cabe a ele falar sobre o processo de aproximação do presidente com outro partido. "O presidente nos comunicou que iria para o PL, o presidente do PL comunicou aos filiados que ele iria, e a gente vai esperar", afirmou.

Defesa do semipresidencialismo

Reprodução/redes sociais



Gilmar Mendes, Rodrigo Pacheco e Arthur Lira no evento em Lisboa

O presidente da Câmara, Arthur Lira, defendeu a implantação do semipresidencialismo. Segundo ele, que é graduado em direito pela Universidade Federal de Alagoas, um dos piores problemas do Brasil é o multipartidarismo e, apesar das dificuldades, que significam um custo político, o país encontrou pontos em comum entre o Executivo e o Legislativo. "Isso é o que se convencionou chamar de presidencialismo de coalizão", citou, durante a abertura do IX Fórum Jurídico de Lisboa, que tem como tema "Sistemas Políticos e Gestão de Crises".

Esse "arranjo", de acordo com o presidente da Câmara, não tem se mostrado à altura dos desafios que o Brasil enfrenta. Segundo ele, depois de três décadas da Constituição, há muito tempo se discute no Congresso reformas para aperfeiçoar o sistema político. "Talvez, esta seja a hora de mobilizar forças para discussão mais ampla e transparente do nosso futuro político", disse. "E o sistema semipresidencialista sobressai", acrescentou.

Lira defendeu que, considerando a tradição política brasileira, a vantagem desse sistema é a preservação da eleição do presidente. Ele argumentou, entretanto, que a responsabilidade

compartilhada entre os Poderes é a "engrenagem institucional que mais nos faz falta nos momentos agudos".

Sobre o evento, Lira disse que

o tema do fórum este ano é muito "oportuno". "Para mim, é tema cotidiano", disse. Conforme sustentou, a crise, que deveria ser exceção, parece ter se

transformado no padrão da realidade com a qual o sistema tem de lidar. Ele citou a crise financeira internacional de 2008, as mudanças climáticas e a pandemia. "Esses episódios têm ramificações em várias áreas e impacto sobre o mundo político, lançando desafios novos aos políticos, como formar, recompor e consolidar o consenso em bases de democracia em ambiente de desestabilidade."

Instabilidade

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), por sua vez, frisou que, em pouco mais de 30 anos da Constituição, o Brasil apresentou estabilidade institucional, mas também muita instabilidade política.

Depois que Lira defendeu o sistema presidencialismo, Mendes lembrou que a temática foi discutida em edições anteriores do evento, inclusive com a participação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. "Dos quatro presidentes eleitos desde então, ele lembrou que apenas dois haviam concluído mandato: ele e o presidente Lula (Luiz Inácio Lula da Silva). E outros dois sofreram impeachment", recordou. "Isso era um sinal de que precisávamos discutir o sistema político", acrescentou.

Gilmar Mendes afineta Moro e Dallagnol

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse, ontem, que o ex-juiz Sergio Moro e o ex-coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba Deltan Dallagnol — cotados para concorrer, respectivamente, ao Planalto e a uma vaga na Câmara, nas eleições do ano que vem — estarão agora "jogando no campo certo".

Crítico dos métodos lavajistas e autor de um dos votos que contribuiu para declarar a parcialidade de Moro ao julgar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Gilmar Mendes avalia que ambos já faziam "militância política".

"Eu acho que quem quer fazer militância política deve fazê-lo nos partidos políticos. Se eles já faziam antes militância política, estão fazendo apenas uma correção de rumos, filiando-se a um partido e jogando no campo certo. Acho que isso que é o correto."

Questionado sobre um eventual desgaste para a magistratura e para o Ministério Público com as candidaturas lavajistas, o ministro avalia que esse processo é anterior à entrada formal de Moro e Dallagnol na vida política. "Isso é um debate que você tem de travar, mas acho que o desgaste já ocorreu. Todo magistrado que começa a usar a

carreira para fazer atividade política causa um desgaste."

Emendas

Antes de embarcar para Portugal, o ministro vinha travando conversas sobre um meio-termo para o julgamento do chamado orçamento secreto. Os repasses das emendas de relator estão suspensos temporariamente por ordem liminar da plenário do tribunal, mas o tema ainda será revisitado pela Corte para uma decisão definitiva.

Considerado um dos magistrados com maior interlocução política, Gilmar Mendes disse que ainda "não tem ideia" de como será o placar.

Pandemia

Também ontem, o subprocurador-geral da República Paulo Gustavo Gonet Branco foi perguntado sobre a parcela de responsabilidade do presidente Jair Bolsonaro pelas mortes na pandemia. Ele defendeu que a análise do tema é função do procurador-geral da República, Augusto Aras.

"Ele que tem que fazer a avaliação. A CPI da Covid fez um bom trabalho de inventário, de catalogação, agora, cabe ao PGR analisar", disse.